

## O PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Roberto Cavalcanti de Albuquerque\*

O Plano Decenal de Educação para Todos (MEC, 1994), recentemente divulgado, concebe estratégia de universalização do ensino fundamental e de erradicação do analfabetismo no país que, se bem executada, poderá contribuir para superar um dos principais obstáculos ao processo de modernização nacional.

Documento conciso, claro e objetivo, o Plano Decenal procura situar a educação básica no contexto econômico, social e político do país para, em seguida, destacar os pontos críticos e os obstáculos a enfrentar no estabelecimento dos objetivos, das metas e das linhas de ação estratégica para a educação fundamental. Os dois objetivos básicos do Plano — o atendimento dos requisitos educacionais básicos para plena inserção na vida moderna e no mundo do trabalho e a universalização das oportunidades de alcançá-los — traduzem-se em suas metas centrais para o próximo decênio: elevar em 50% os níveis de aquisição das competências necessárias àquela dupla inserção, atendidos, nacionalmente, padrões e conteúdos educacionais mínimos, e obter 94% de cobertura da população em idade escolar. Esses objetivos e metas deverão ser buscados conjuntamente pelas esferas pública e privada da sociedade, através da consolidação de ali-

\* Do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE).

anças e parcerias, envolvendo inclusive a gestão colegiada do próprio Plano. Um dos obstáculos identificados pelo Plano Decenal de Educação para Todos está no fato de que "a educação básica não adquiriu, ainda, o *status* de questão nacional premente", prioritária na agenda política nacional (MEC, 1994, p.31). Decorre dessa constatação uma das duas linhas de ação estratégica propostas, a qual consiste no esforço para obter amplo reconhecimento da importância da educação no desenvolvimento, tanto na sua dimensão econômica quanto na social e na política.

Esta vem sendo uma das preocupações permanentes do *Fórum Nacional*: a de difundir esse reconhecimento, a partir da demonstração da centralidade, para o desenvolvimento do país, de esforço maciço de investimento em recursos humanos, em particular na educação básica<sup>1</sup>. Ou seja, procurando inserir a educação básica na estratégia nacional de desenvolvimento de modo a realçar sua importância e justificar a prioridade que deve merecer no estágio atual da evolução nacional.

<sup>1</sup> O Fórum Nacional é associação que congrega cerca de 100 dos mais respeitados economistas, sociólogos e cientistas políticos do país, além de lideranças políticas, empresarias, sindicais de grande representatividade. Criado em 1988, realiza reuniões anuais (os Fóruns Nacionais), além de seminários, encontros e *workshops*, voltados para o debate de idéias e de propostas concretas para a modernização do Brasil, divulgando seus resultados, inclusive sob a forma de livros. O Instituto Nacional de Altos Estudos — Inae, sociedade civil sem fins lucrativos, dirigido pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, é a entidade que proporciona o apoio técnico-administrativo ao Fórum Nacional.

Esse modelo de desenvolvimento foi apresentado, de forma sistematizada, por João Paulo dos Reis Velloso (1994, p.11-79) no V Fórum Nacional, realizado em São Paulo, SP, em 1993.

A concepção do modelo parte do reconhecimento de que os países menos avançados almejam atingir a "modernidade dos desenvolvidos", que tem uma tríplice dimensão (é tanto econômica quanto social e política) e foi progressivamente alcançada, a partir do século XVIII, através de três revoluções: uma revolução tecnológica (a Revolução Francesa e seus desdobramentos) e uma revolução educacional (a gradual universalização da educação básica, pública e leiga, que somente se completou, na Europa, durante a primeira metade do século XX).

Para alcançar a modernidade, o Brasil precisa solidificar ampla parceria entre o Estado, a iniciativa privada e, em geral, a sociedade, construída em torno de estratégias conjuntas, capazes de enfrentar os grandes desafios nacionais — pois o êxito do projeto nacional envolve novas relações, complexas e multiformes, entre sociedade, inovação (no seu sentido, mais amplo, de criatividade) e competitividade global.

Atento à dimensão continental do país, bem como à diversificação e integração de sua economia, a estratégia cocebida propõe para o Brasil o que é chamado *modelo bidirecional de mercado*, com o crescimento apoiando-se no mercado interno e ensejando, através da competitividade sistêmica, mais ampla e dinâmica inserção no comércio internacional.

O modelo baseia-se na fusão, num mesmo processo de transfor-

mação econômica, 1) da reestruturação industrial e 2) da aceleração do progresso técnico-científico. E nele se integram, conferindo-lhe a necessária abrangência, investimentos maciços em capital humano, em particular na 3) *educação para a modernidade*, 4) estreita articulação com a matriz internacional de conhecimento e com a economia global, e 5) o aperfeiçoamento político-institucional.

Esses cinco eixos do modelo global compõem conexões estratégicas, interligando inovação e sociedade — e gerando interações sinérgicas, potencializadoras do desenvolvimento. A essa visão sistêmica do processo de evolução nacional associam-se objetivos estratégicos claramente definidos. Em particular, considera-se, como primeira prioridade, a viabilização dos processos integrados de reestruturação industrial, de aceleração do progresso técnico-científico e de educação para a modernidade, o que envolve três compromissos: com a industrialização, com a competitividade e com a qualidade dos recursos humanos.

Este último compromisso determina não apenas a ênfase conferida à universalização da educação básica como, especialmente, a inserção de agenda social — voltada, prioritariamente, para o combate à pobreza e a redução das desigualdades, — como essencial à própria agenda econômica.

Os desdobramentos dessa estratégia de desenvolvimento, no que respeita especificamente à educação básica, foram discutidos no V Fórum Nacional em painel especial, onde a questão foi examinada com a preocupação de formular políticas e estraté-

gias, com visão de curto e médio prazos<sup>2</sup>.

São grandes as semelhanças de pontos de vista que se podem observar entre esse esforço independente de reflexão sobre a educação básica, bem como de formulação de estratégias com vistas a sua universalização, e o que se contém no Plano Decenal de Educação para Todos:

Na tentativa de sintetizar aquela contribuição do Fórum Nacional ao debate sobre a educação nacional, caberia inicialmente ressaltar que se observou em primeiro lugar, que o problema da educação no Brasil transcende a questão da escola, à medida que a família em geral não exerce seu papel tradicional de socialização e as dificuldades recentes do desenvolvimento nacional vêm afetando, intensa e complexamente, o desempenho da (e na) escola.

Por outro lado, também se concluiu que, ainda que a importância da educação seja unanimemente afirmada no nível das manifestações retóricas, esse reconhecimento não se reflete ao plano pragmático, o que, em parte pelo menos, resulta em inadequação entre as expectativas sociais com relação à escola e seu desempenho efetivo.

<sup>2</sup> Os principais estudos apresentados foram publicados no livro de Velloso e Albuquerque (1993), que contém, entre outros, trabalhos de Alexandre S. da Rocha, Azuete Fogaça e Luiz Carlos Eichenberg, Sérgio Costa Ribeiro e Divonzir A. Gusso. Observe-se, que, em anos anteriores, o Fórum Nacional já havia dado considerável atenção às questões educacionais e de qualificação da força de trabalho. Veja-se, a propósito, Velloso, 1991 e 1992.

Observou-se também que a ineficiência da escola— entendida tanto como ensino quanto como aprendizado — fica evidente nas altíssimas taxas de repetência e nos baixos níveis de qualidade do produto educacional.

Ao buscar as inter-relações entre a educação básica e a estratégia de desenvolvimento concebida para o país, ressaltou-se que, como o conceito de qualificação profissional, correspondente ao novo paradigma tecnológico adotado pelas economias dinâmicas e competitivas, tem como fundamento escolaridade básica de bom nível, impõe-se elevar os padrões de ensino e universalizar a educação de primeiro grau como requisito mínimo de uma vida ativa em uma sociedade moderna.

A questão, enfatizou-se, não está apenas (nem sobretudo) em propiciar à educação mais recursos financeiros. Está em criar as condições objetivas para a aquisição, na escola, dos chamados *basic skills*, ou seja, das competências mínimas a partir das quais as habilidades exigidas pelo novo padrão tecnológico possam ser desenvolvidas.

Com esse objetivo recomendou-se que governo e sociedade atuem articuladamente para promover a melhoria do ensino básico (sobretudo de primeiro, mas também de segundo grau), o que está diretamente associado à adequada formação do professor, à revisão dos conteúdos curriculares, à extensão da jornada escolar, a novas formas de gestão da escola, à eficiente avaliação pedagógica.

Complementarmente à visão da educação básica como essencial à competitividade e ao êxito da reestruturação industrial (com

a adoção de novos padrões de tecnologia e de gestão empresarial), examinaram-se as relações entre uma sólida educação básica para todos e o aperfeiçoamento das instituições políticas e das práticas democráticas. E se concluiu que a educação básica é o cimento social necessário à consolidação do Estado democrático de direito, sendo a escola universalizada e de qualidade, voltada para a aquisição e o domínio dos conteúdos básicos do conhecimento universal, condição para o exercício da cidadania democrática.

A estratégia apresentada no V Fórum Nacional como necessária para que se alcance esse duplo objetivo envolve:

- 1) a obtenção de resultados no processo de aprendizagem que assegurem o desenvolvimento cognitivo e social mínimo dos educandos, em cada série do ensino básico;
- 2) a garantia de condições básicas da oferta escolar (prédios, instalações, equipamentos) em todo o país;
- 3) a eficiente gestão dos sistemas de ensino e das unidades escolares (com democratização de sua direção, das relações pedagógicas e dos processos de ensino).

Com relação ao primeiro ponto — resultado da aprendizagem —, o que se deve buscar é a universalização das oportunidades de aquisição e desenvolvimento de *competências básicas*: no domínio cognitivo (habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, cálculo e raciocínio lógico); no domínio da sociabilidade (desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, senso de autoridade e sentido ético nas relações inter-

personais); e no domínio intelectualivo (criatividade, capacidades decisória e de saber como aprender).

Com relação ao segundo ponto — oferta escolar —, é preciso assegurar os padrões mínimos ou *standards* básicos para os recursos e práticas educacionais, o que envolve a construção e (sobretudo) a recuperação e equipamento das unidades escolares, a capacitação docente e de gestão escolar, uma jornada escolar ampliada, o incentivo às inovações pedagógicas e curriculares e a implantação de sistema eficiente de acompanhamento e avaliação.

No que respeita, finalmente, ao último ponto — gestão educacional —, cabe definir os escopos normativos para a adoção de formas participativas de direção e regulação escolares (com gradual autonomização), disseminar os conhecimentos e métodos de gestão logística orientados para padrões de eficiência e equidade e estabelecer incentivos diferenciados de carreira (salariais ou não) que premiem o melhor desempenho educacional.

Conclui-se, assim, que se forma no país crescente convergência de idéias e de propósitos com relação à importância da educação para o desenvolvimento e com respeito aos caminhos a percorrer, para que a escola preencha o papel que dela se espera na construção de uma sociedade mais eficiente, mais justa e mais livre.

O Plano Decenal de Educação para Todos é, nesse contexto, um importante e decisivo avanço. Faz-se necessário mobilizar governo e sociedade, em todos os seus níveis, para que seus objetivos e metas adquiram possibilidades concretas de tornar-se

realidade. Essa mobilização, o próprio Plano sobejamente reconhece, pressupõe amplo debate de suas proposições, pelas escolas, pelas organizações comunitárias, pelas empresas, pela mídia. Porém, para alcançar os resultados pretendidos, é preciso que cada escola, tendo presentes as peculiaridades da situação social em que se insere, procure criar, com o apoio da comunidade e dos governos estaduais e municipais, as condições necessárias para que a revolução educacional brasileira possa afinal completar-se.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, 1994.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Inovação e sociedade: uma estratégia de desenvolvimento com equidade para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

\_\_\_\_\_(Coord.). *Estratégia social e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

\_\_\_\_\_(Org.). *A questão social no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1991.

VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Orgs.). *Educação e modernidade*. São Paulo: Nobel, 1993.